



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
AMIEIRA DO TEJO**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
DE CONTAS
DO
EXERCÍCIO DE 2024**

Amieira do Tejo
(Março de 2025)



INDICE

1. Introdução	2
2. Respostas sociais desenvolvidas	3
3. Plano de atividades animação sociocultural	4
4. Quadro de pessoal	6
5. Associados	7
6. Rendimentos	8
7. Gastos	9
8. Resultados	12
9. Proposta de aplicação dos resultados	13
 Demonstrações Financeiras	 14
 Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	



1. Introdução

No âmbito das competências previstas na alínea e) do nº. 1 do artigo 27º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa de Amieira do Tejo, vem a Mesa Administrativa da Santa Casa de Amieira do Tejo apresentar o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2024, dando assim cumprimento ao previsto na alínea b) do nº. 2 do artigo 22º do Compromisso da Irmandade.

O Relatório de Atividades e Contas de 2024 deverá ser apresentado na Assembleia Geral ordinária a ser realizada até ao final do primeiro trimestre, conforme previsto no artigo 22º. do Compromisso da Irmandade, que o deverá apreciar, discutir e aprovar.

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo concluíram seu mandato no final de 2024. No início de dezembro, foi iniciado o processo eleitoral para eleger novos Órgãos Sociais para o período de 2025 a 2028. No entanto, não foi apresentada qualquer lista concorrente, tendo-se desconvocado a Assembleia Eleitoral inicialmente marcada para 21 de dezembro de 2024.

Os Órgãos Sociais, apesar do seu mandato ter terminado, mantiveram-se em funções no início de 2025, por forma a assegurar o funcionamento operacional da Instituição, tendo a Mesa Administrativa efetuado várias diligências junto dos associados para a elaboração de uma lista para os Órgãos Sociais para o mandato 2025 a 2028, sem sucesso até ao final de fevereiro de 2025.

No que respeita ao projeto de remodelação do “antigo hospital” e das “Residências Santa Casa” não houve grande evolução durante o ano de 2024, tendo-se passado grande parte do ano a efetuar as diligências necessárias para a legalização dos equipamentos junto da Autoridade Tributária, da Conservatória do Registo Predial e da Câmara Municipal de Nisa, nomeadamente para a sua passagem a propriedade horizontal.

Nesta data pode-se afirmar que o processo junto da Autoridade Tributária está quase concluído, faltando depois os registos na Conservatória do Registo Predial e na Câmara Municipal de Nisa para, posteriormente, ser possível a escritura de propriedade horizontal.

O investimento realizado neste projeto, em 2024, foi de 2.174 euros.

Em maio, foi recebida a última tranche do subsídio concedido pelo Fundo Rainha Dona Leonor, no valor de 36.696,17 euros.



2. Respostas sociais desenvolvidas

A Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo, na prossecução dos objetivos definidos no artigo 3º. do Compromisso da Irmandade, desenvolve atualmente três respostas sociais de apoio à população idosa, com os seguintes utentes, com referência a 31/12/2024.

- | | |
|---|------------|
| • ERPI - Estrutura Residencial Pessoas Idosas | 27 utentes |
| • CD - Centro de Dia | 9 utentes |
| • SAD - Serviço de Apoio Domiciliário | 8 utentes |

A prestação destes serviços é efetuada mediante Acordos de Cooperação celebrados oportunamente com a Segurança Social, que comparticipa mensalmente uma parte dos custos incorridos com os utentes incluídos nos acordos de cooperação, não abrangendo, todavia, todos os utentes da Instituição.

Dos 27 utentes residentes no Lar, apenas 21 utentes são objeto de comparticipação da segurança social, sendo que 2 dos utentes estão em camas reservadas exclusivamente para utentes indicados pela própria Segurança Social.



3. Plano de atividades animação sociocultural

O Plano de Atividades de 2024, desenvolvido pelos técnicos de animação sociocultural da Instituição, foi cumprido com sucesso.

As atividades foram executadas conforme planeado, permitindo a ocupação dos nossos utentes, proporcionando-lhes momentos de convívio e diversão, tendo algumas sido alteradas/adaptadas de modo a facilitar a participação de todos.

Ao longo do ano foram realizadas várias iniciativas no sentido de assinalar datas festivas comemoradas culturalmente, com o objetivo de relembrar vivências e tradições alusivas às datas em questão. Algumas destas dinâmicas desenvolvidas têm também como finalidade estreitar laços entre a Instituição/utentes e famílias, minimizando situações de isolamento social e promovendo um envelhecimento ativo.

Destacamos algumas das atividades realizadas nas várias áreas de intervenção, lúdico-recreativas, motricidade fina, atividade física, atividade cognitiva:

- Pintura de desenhos;
- Elaboração de coroas alusivas ao dia de Reis;
- Elaboração de máscaras de Carnaval;
- Elaboração de flores e borboletas com materiais de dobragem e moldagem;
- Ateliers de culinária: confeção de bolachas de manteiga, confeção e degustação de pizzas, confeção de salame de chocolate;
- Descasque de fruta;
- Elaboração de um painel alusivo à primavera;
- Elaboração de trabalho manual alusivo ao Dia do Pai;
- Trabalhos manuais alusivos ao Dia da Liberdade;
- Elaboração de trabalho manual alusivo ao Dia da Mãe;
- Passeio ao exterior para recolher as flores necessárias para fazer um ramo alusivo ao Dia da Espiga;
- Convívio dentro da Instituição com todas as respostas sociais para festejar os Santos Populares;
- Arraial Rainha Santa Isabel organizado pela Instituição, realizado no dia 6 de julho, onde pudemos contar com a presença de um grupo de alunos, professores e auxiliares da CERCI de Portalegre que nos brindaram com



Handwritten signatures in blue ink.

várias danças, algumas com a participação dos nossos utentes e dos funcionários;

- Lanche convívio do Dia Internacional da Família e dia dos Avós;
- Decorações alusivas ao Outono: pintura de folhas e realização de uma árvore de outono com materiais reciclados;
- Deslocação a Nisa onde em convívio com outras Instituições do Concelho para assinalar o “Dia Internacional da Erradicação da Pobreza”;
- Deslocação a Nisa para almoço convívio com todas as Instituições do Concelho para assinalar o Dia da Pessoa Idosa, organizado pela Câmara Municipal de Nisa;
- Lanche convívio com os utentes das várias respostas sociais no dia de São Martinho;
- Deslocação a Nisa para visitar a Vila Natal, com lanche ao ar livre;
- Sempre que o tempo permitiu fizemos caminhadas matinais à Capela da Sr^a. da Sanguinheira, ao Castelo e pelas ruas de Amieira;
- Ao longo do ano celebraram-se os aniversários dos utentes;
- Ao longo do ano fizemos jogos de memória, dominó, bingo, adivinhas, provérbios, cópias, jogos lúdicos com bolas, balões, garrafas, copos...;
- Trabalhos em gesso para decoração das árvores de Natal;
- Festa de Natal realizada no dia 20 de dezembro, com a representação de uma grande parte dos funcionários e com alguns utentes, foi muito divertida e os utentes gostaram imenso.

Podemos destacar que ao nível das atividades de desenvolvimento pessoal, os utentes demonstram-se muito recetivos às atividades do quotidiano, jogo do bingo, pintura, dominó, sopa de letras, escrita e contas, trabalhos manuais, caminhadas no exterior e partilha de experiências de vida.



Handwritten signatures in blue ink.

4. Quadro de Pessoal

A prestação de todos os serviços inerentes às três respostas sociais é assegurada por um quadro de pessoal de 22 trabalhadores, composto pelas seguintes categorias profissionais, com referência a 31/12/2024.

Categoria Profissional	Nº.
Diretora Técnica	1
Animadora Sociocultural	1
Técnica Administrativa	1
Encarregada de Serviços Gerais	1
Cozinheira	1
Ajudante de Cozinha	2
Ajudante de Lar e Centro de Dia	8
Ajudante Familiar / Domicílio	3
Trabalhador de Serviços Gerais	4
Total	22

A Instituição conta ainda com um médico a tempo parcial, que presta assistência presencial aos utentes uma vez por semana, além de oferecer suporte contínuo às necessidades da Instituição. Adicionalmente, a Instituição dispõe ainda de uma enfermeira, também em regime de tempo parcial.

Durante o ano de 2024, publicámos diversos anúncios para a contratação de um enfermeiro(a) a tempo parcial, que pudesse disponibilizar uma maior carga horária à Instituição, mas tal pretensão não foi conseguida.



5. Associados

No final de 2024, a Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo contava com 354 associados. No entanto, muitos destes associados deixaram de pagar as suas quotas há vários anos, demonstrando um certo afastamento em relação à nossa Instituição de solidariedade social.

Em 2024, o rendimento proveniente das quotas dos associados foi de 2 824,50 euros.

Os associados ou irmãos, conforme artigo 5º. do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo, são a base de sustentação do projeto social desenvolvido pela Instituição, materializado nos equipamentos construídos (Lar e Centro de Dia) e em construção para o desenvolvimento das respostas sociais necessárias para o apoio à população idosa, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, às pessoas carenciadas, entre outras, quer localmente, quer nas proximidades no município de Nisa ou nos municípios limítrofes conforme o Compromisso.

O serviço social prosseguido pela nossa Instituição é essencial para apoiar a população idosa da nossa terra e do nosso concelho, assegurando-lhes os cuidados necessários para terem uma velhice mais feliz, na companhia de outros idosos, muitas das vezes amigos e familiares, saindo da solidão das suas casas.

Verifica-se um afastamento, cada vez maior, dos associados da vida da nossa Instituição, comprovado pelo facto de não se terem mobilizado para a apresentação de uma lista concorrente às eleições para os Órgãos Sociais para o mandato 2025/2028, cujo processo eleitoral decorreu no mês de dezembro, tendo por isso, sido cancelada a Assembleia Geral Eleitoral que tinha sido marcada para 21 de dezembro.

A continuidade da Instituição depende da participação dos associados locais e daqueles com vínculos a Amieira do Tejo, que estejam dispostos a contribuir voluntariamente para a gestão da Instituição. Sem este serviço voluntário, o funcionamento da Instituição na prestação de serviços à população idosa, incluindo o Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, bem como o emprego de mais de duas dezenas de funcionários, pode estar comprometido num futuro próximo.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

6. Rendimentos

Os rendimentos totais atingiram 637.228 euros em 2024, mais 0,6% que o valor registado no ano anterior.

Unidade: Euros

Rendimentos	2024	2023	2022	Variação 2024/2023	
				Valor	%
Prestação de Serviços	595 327	585 027	566 665	10 300	2%
Quotas associados	2 825	3 012	4 439	-188	-6%
Mensalidades utentes	346 450	322 180	314 736	24 270	8%
Segurança Social (1)	223 456	234 688	230 257	-11 232	-5%
Serviços Secundários	22 596	25 147	17 233	-2 551	-10%
Subsídios e doações	6 166	9 239	48 102	-3 072	-33%
IEFP	1 358	4 139	17 364	-2 781	-67%
Donativos	4 808	5 100	29 002	-291	-6%
Outros rendimentos	31 767	39 098	49 385	-7 331	-19%
Juros depósitos a prazo	3 967	315,07	0	3 652	1159%
Total	637 228	633 679	664 152	3 549	0,6%

(1) As comparticipações da segurança social passaram, a partir de 1 de janeiro de 2024, a ser contabilizadas em Prestação de Serviços, de acordo com as normas contabilísticas, tendo-se feito os ajustamentos para efeitos de comparação nos anos de 2023 e 2022

Os serviços prestados, incluindo as mensalidades dos utentes, os serviços secundários e as comparticipações recebidas da segurança social, atingiram 595.327 euros, mais 2% que o valor registado no ano anterior.

As mensalidades dos utentes, que incluem as comparticipações familiares, atingiram o valor de 346.450 euros, mais 8% que o valor registado em 2023, sendo a principal rubrica dos rendimentos da Instituição que representa 58% do total das prestações de serviços e 54% da totalidade dos rendimentos.

No que respeita às comparticipações recebidas da Segurança Social no âmbito dos Acordos de Cooperação, o valor recebido em 2024 atingiu 223.456 euros, menos 5% que o valor recebido no ano anterior, evolução explicada, fundamentalmente, pela redução do número médio de utentes no serviço de apoio domiciliário (SAD). As comparticipações da segurança social representam 35% dos rendimentos totais da Instituição.

Os serviços secundários atingiram 22.596 euros, menos 10% que o valor de 2023.



O valor recebido relativo às quotas dos associados cifrou-se em 2.825 euros, evidenciando um decréscimo de 6% face a 2023, o que, como já referido anteriormente, evidencia a falta de pagamento das quotas pelos associados em devido tempo.

Os subsídios à exploração, que incluem os donativos e os subsídios do IEFP foram de 6.166 euros, uma redução de 33% face a 2023, referindo-se que as participações da Segurança Social anteriormente considerados como subsídios, foram reclassificados para uma rubrica de prestação de serviços, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis.

A rubrica “outros rendimentos” atingiu o montante de 31.767 euros, uma redução de 19% face a 2023, em grande parte devida ao rendimento extraordinário ocorrido no ano anterior com a venda de uma viatura, no montante de 5.050 euros.

Salienta-se também os rendimentos obtidos com os juros de depósitos a prazo, no montante de 3.967 euros, que compara com 315 euros do ano anterior decorrente de uma melhor gestão dos depósitos bancários através da realização de vários depósitos a prazo a longo do ano.

7. Gastos

Os gastos totais atingiram os 654.744 euros em 2024, mais 5% que o valor do ano anterior.

Unidade: Euros

Gastos	2024	2023	2022	Variação 2024/2023	
				Valor	%
Géneros alimentares	89 842	90 020	74 665	-178	-0,2%
Forn. Serv. Externos	121 388	99 532	133 024	21 857	22%
Pessoal	382 312	381 313	324 908	999	0%
Amortizações	49 760	53 805	49 276	-4 044	-8%
Outros gastos	11 441	1 043	5 842	10 398	997%
Total	654 744	625 712	587 715	29 032	5%

Os **géneros alimentares** para a confeção das refeições atingiram o valor de 89.842 euros, em 2024, menos 0,2% que o registado no ano anterior, fruto de uma melhor gestão ao nível das aquisições para a cozinha da Instituição.



Os **fornecimentos e serviços externos**, por seu lado, registaram, em 2024, um incremento de 21.857 euros (+22%), para 121.388 euros. Esta rubrica de gastos agrega os diferentes tipos de serviços adquiridos aos fornecedores, necessários ao funcionamento operacional da Instituição.

O aumento global verificado de cerca de 22.000 euros, deveu-se, fundamentalmente, aos aumentos verificados nas rubricas de “Honorários” em 8.681 euros (85%), nos gastos com “conservação e reparação” em 7.205 euros (81%), nos gastos com a “eletricidade” em 4.959 euros (32%) e nos gastos com “Limpeza, Higiene e conforto” em 4.251 euros (54%).

No que respeita aos honorários, que atingiram o valor de 18.873 euros, incluindo os honorários do médico e das enfermeiras, o aumento verificado deve-se exclusivamente à contratação das prestações de serviços de enfermagem e de uma prestação de serviços para o Gabinete Médico para controlo e organização da medicação dos utentes, interação com o médico e a enfermeira e o controlo das consultas dos utentes.

Os gastos com conservação e reparação atingiram 16.075 euros (+81%), devendo-se este aumento à reparação dos equipamentos básicos necessários ao funcionamento regular da Instituição e reparações e manutenção das viaturas da Instituição. Tiveram maior impacto no aumento destes gastos as diversas reparações e manutenções efetuadas nas viaturas, na ordem dos 8.400 euros, decorrentes de avarias e de um sinistro com danos consideráveis numa viatura.

Os gastos com a eletricidade, por seu lado, atingiram 20.453 euros, mais 32% que o valor registado no ano anterior. Este aumento não se deveu ao aumento dos consumos, que até decreram 10%, nem ao aumento dos preços unitários da eletricidade que se mantiveram, mas sim ao aumento da rubrica constante da fatura denominada de “Redes”, que aumentou consideravelmente face o ano anterior em que os valores eram insignificantes, com um valor anual de 5.800 euros, o que representou cerca de 28% do total da faturação.

Por outro lado, os gastos com “Limpeza, Higiene e Conforto” atingiram os 12.122 euros, aumentando 54% face ao ano anterior, em resultado do aumento dos preços de alguns produtos e também de se ter continuado a utilizar produtos de qualidade que têm permitido manter o nosso Lar com um elevado nível de higiene e limpeza.



Finalmente, registam-se reduções importantes nos gastos com material de escritório (-61%), com a água (-20%), com o gás (-14%) e com o gasóleo (-15%), que no seu conjunto representam uma redução de cerca de 5.000 euros no total dos gastos com os fornecimentos e serviços externos.

Os **gastos com o pessoal** atingiram o valor de 382.312 euros, registando um ligeiro aumento de 0,3% face a 2023, apesar do aumento da tabela salarial ter ultrapassado os 6%, em média.

Logo no início do ano, na sequência do aumento do salário mínimo nacional decretado pelo Governo para 820 euros, por decisão da Mesa Administrativa, todos os trabalhadores foram aumentados com efeitos a 1 de janeiro, por forma a manter a diferenciação salarial entre as diferentes categorias profissionais. Entretanto, após a aprovação das novas tabelas salariais no âmbito da negociação da UMP com os sindicatos, publicadas em novembro, fizeram-se os devidos ajustamentos salariais que abrangeram quase todos os trabalhadores, com efeitos a 1 de janeiro, que tiveram um impacto nas contas da Instituição na ordem dos 5.500 euros.

A manutenção dos gastos com o pessoal ao nível do ano anterior ficou a dever-se a um conjunto de fatores, nomeadamente, à saída da enfermeira da Instituição logo em janeiro, não tendo sido possível fazer a sua substituição, bem como a diminuição de duas funcionárias dos serviços gerais. Para além disso, verificaram-se baixas prolongadas de duas funcionárias que foram substituídas por outras com contrato de substituição e com salários mais baixos.

Importa referir que apesar dos gastos com o pessoal não terem aumentado pelas razões atrás referidas, a Instituição teve de contratar os serviços de enfermagem em regime de avença, bem como contratar uma prestação de serviços para o Gabinete Médico, que tiveram um impacto no aumento dos honorários na ordem dos 7.000 euros.

No que respeita aos gastos com as **amortizações** contabilizadas no exercício de 2024, as mesmas dizem respeito ao registo contabilístico do desgaste anual dos edifícios e dos equipamentos em conformidade com as tabelas legais, tendo atingido os 49.760 euros, menos 4.044 euros (7,5%) que o valor do ano anterior.

Finalmente, salienta-se o valor extraordinariamente elevado verificado em “outros gastos”, no montante de 10.754 euros, devido ao facto de se ter contabilizado na rubrica “*correções de exercícios anteriores*” o prejuízo que a



Handwritten signatures in blue ink.

nossa Instituição teve com o projeto CLDS 4G é Nisa é Coesão, realizado em parceria com a Câmara Municipal de Nisa, no montante de 9.068,98 euros.

Este projeto decorreu entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2023, tendo pelo meio apanhado a pandemia COVID19 que condicionou a sua boa execução. Apesar de se prever que todas as despesas realizadas no âmbito do projeto com os salários da equipa técnica e com despesas necessárias para as atividades previstas seriam reembolsadas na totalidade, verificou-se no final, com a notificação pela entidade de gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego- POISE sobre a decisão do pedido de pagamento de saldo do projeto que nem todas as despesas foram consideradas elegíveis para reembolso.

8. Resultados

O resultado líquido do exercício foi negativo, no montante de 17 515,67 euros, sendo que, expurgando o prejuízo do CLDS 4G, no montante de 9.068,98 euros, seria também negativo no montante de 8 446,69 euros.

O desequilíbrio nos resultados operacionais já vem do ano anterior e deve-se fundamentalmente ao aumento dos gastos operacionais muito acima do crescimento dos rendimentos operacionais, fruto dos sucessivos aumentos dos salários e também da inflação com impacto nos gastos com os fornecimentos e serviços externos e nos gastos com a alimentação que não foram compensados por aumentos nas participações da segurança social no âmbito dos acordos de cooperação e nos aumentos das mensalidades dos utentes.



9. Proposta de Aplicação dos Resultados

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido negativo obtido no exercício, no montante de **17 515,67 euros** (dezassete mil, quinhentos e quinze euros e sessenta e sete cêntimos), seja transferido para a conta 562-Resultados Transitados.

Mais se propõe que o resultado do ano anterior que se encontra na conta de resultados transitados, no montante de **7 966,84 euros**, seja transferido para a conta de 5523 – Reservas Livres.

Amieira do Tejo, 14 de março de 2025

A Mesa Administrativa

(Provedor-António Matos)

(Vice-Provedora-Ana Rita Alves)

(Tesoureiro-António Castanheira)

(Secretário-Artur Correia)

(Vogal-Efetivo-António Fonseca)



DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS



BALANÇO 31 DEZEMBRO 2024

Unidade: Euros

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO 2024	EXERCÍCIO 2023
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	8; 11	1 272 069,64	1 319 559,60
BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL		4 987,98	4 987,98
ATIVOS INTANGÍVEIS	8	96,37	192,71
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	9	4 726,72	4 726,72
		1 281 880,71	1 329 467,01
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS	16	10 468,53	14 885,10
CRÉDITOS A RECEBER	19	3 733,81	4 572,58
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	22	3 502,45	5 892,60
FUNDADORES / BENEMÉRITOS / PATROCINADORES / DOADORES		0,00	0,00
DIFERIMENTOS		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	20	2 352,95	49 028,88
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS		332 334,16	231 588,97
		352 391,90	305 968,13
TOTAL DO ATIVO		1 634 272,61	1 635 435,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
FUNDOS		4 222,81	4 222,81
EXCEDENTES TÉCNICOS			
RESERVAS		988 844,46	912 406,82
RESULTADOS TRANSITADOS	29	7 966,84	76 437,64
		536 694,05	521 753,07
OUTRAS VARIAÇÕES FUNDOS PATRIMONIAIS			
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	31	506 471,72	488 517,92
DOAÇÕES		30 222,33	33 235,15
OUTRAS VARIAÇÕES			0,00
		1 537 728,16	1 514 820,34
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-17 515,67	7 966,84
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		1 520 212,49	1 522 787,18
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
PROVISÕES		0,00	0,00
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	24	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR		0,00	0,00
PASSIVO CORRENTE	25	114 060,12	112 647,96
FORNECEDORES		17 506,61	17 675,76
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES		30 137,00	28 271,92
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	22	11 506,67	8 622,01
FUNDADORES / BENEMÉRITOS / PATROCINADORES / DOADORES			
ASSOCIADOS / MEMBROS			
FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
DIFERIMENTOS		0,00	0,00
OUTROS PASSIVOS CORRENTES	26	54 909,84	58 078,27
TOTAL DO PASSIVO		114 060,12	112 647,96
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		1 634 272,61	1 635 435,14

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Joaquim Serras – CC nº. 41457)

A MESA ADMINISTRATIVA



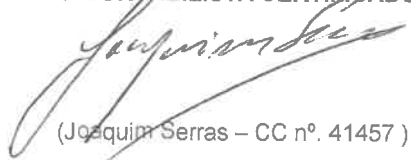
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade: Euros

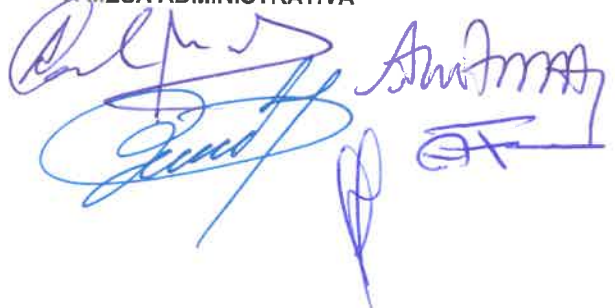
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023 REEXPRESSO
Vendas e serviços prestados	33	595 326,97	585 026,72 (1)
Subsídios, doações e legados à exploração		6 166,49	9 238,90 (1)
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	-89 841,91	-90 019,84
Fornecimentos e serviços externos	34	-121 388,29	-99 531,61
Gastos com pessoal	7	-382 312,21	-381 313,32
Ajustamentos de inventário (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (aumentos / reversões)			
Aumentos / Reduções de justo valor			
Outros rendimentos		31 767,46	39 098,46
Outros gastos		-11 439,01	-847,98
Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos		28 279,50	61 651,33
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-49 760,30	-53 804,76
Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)		-21 480,80	7 846,57
Juros e rendimentos similares obtidos		3 967,28	315,07
Juros e gastos similares suportados		-2,15	-194,80
Resultado antes de impostos		-17 515,67	7 966,84
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-17 515,67	7 966,84

(1) Ver Nota 2.3 do Anexo

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Joaquim Serras – CC n.º. 41457)

A MESA ADMINISTRATIVA



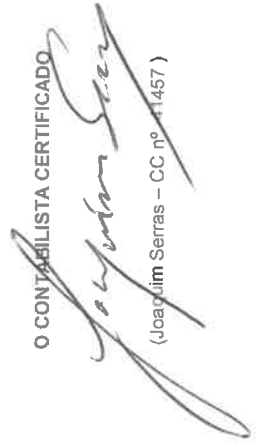


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024						Unidade: Euros	
RUBRICAS	NOTAS	CENTRO DIA	APOIO DOMICILIÁRIO	LAR	PERÍODOS		
					2024	2023	
Vendas e serviços prestados	33	67 106,14	71 611,13	456 609,70	595 326,97	585 026,72	
Custo das vendas e dos serviços prestados		-66 904,98	-71 396,47	-455 240,96	-593 542,41	-570 864,77	
Resultado Bruto		201,16	214,66	1 368,74	1 784,56	14 161,95	
Outros rendimentos	31	4 275,97	4 563,03	29 094,95	37 933,95	48 337,36	
Gastos de distribuição							
Gastos administrativos							
Gastos de investigação e desenvolvimento							
Outros gastos		-6 898,48	-7 361,59	-46 939,25	-61 199,31	-54 652,74	
Resultado operacional (antes gastos financancamento e impostos)		-2 421,35	-2 583,90	-16 475,55	-21 480,80	7 846,57	
Gastos de financiamento (líquidos)		446,96	476,96	3 041,21	3 965,13	120,27	
Resultado antes de impostos		-1 974,39	-2 106,94	-13 434,34	-17 515,67	7 966,84	
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resultado líquido do período		-1 974,39	-2 106,94	-13 434,34	-17 515,67	7 966,84	

Unidade: Euros

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Joaquim Serras – CC nº 11457)

A MESA ADMINISTRATIVA



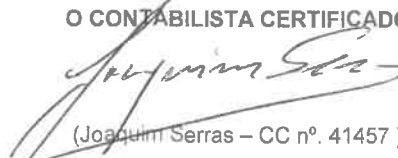


Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		597 374,61	408 622,86
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(180 551,05)	(271 210,72)
Pagamentos ao pessoal		(307 777,90)	(286 541,90)
Caixa gerada pelas operações		109 045,66	(149 129,76)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(54 220,09)	(129 634,18)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		54 825,57	(278 763,94)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		2 174,00	(14 205,39)
Ativos intangíveis			(289,05)
Investimentos financeiros			(542,18)
Outros ativos			(72 484,72)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			5 050,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		36 696,17	29 552,63
Juros e rendimentos similares		3 281,25	
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		42 151,42	(52 918,71)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		3 770,35	4 706,51
Outras operações de financiamento			277 841,47
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(9 258,07)
Juros e gastos similares		(2,15)	(186,31)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		3 768,20	273 103,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		100 745,19	(58 579,05)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		231 588,97	290 168,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período		332 334,16	231 588,97

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Joaquim Serras – CC n.º 41457)

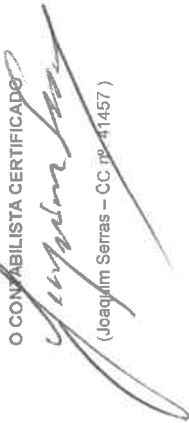
A MESA ADMINISTRATIVA





Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO - 2024

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
1	1	4 222,81	-	912 406,82	76 437,64	-	-	521 753,07	7 966,84	1 522 787,18	1 522 787,18
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
2	2	-	-	76 437,64	(68 470,80)	-	-	-	(7 966,84)	-	-
3	3			76 437,64	(68 470,80)	-	-	-	(7 966,84)	-	-
4=2+3	4=2+3								(17 515,67)	(17 515,67)	(17 515,67)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									(17 515,67)	(17 515,67)	(17 515,67)
RESULTADO EXTENSIVO									(25 482,51)	(17 515,67)	(17 515,67)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
5	5	-	-	-	-	-	-	14 940,98	-	14 940,98	14 940,98
3=1+2+3+4	3=1+2+3+4	4 222,81	-	988 844,46	7 966,84	-	-	536 694,05	(17 515,67)	1 520 212,49	1 520 212,49
POSICÃO NO FIM DO ANO											

O CONTABILISTA CERTIFICADO

(Joaquim Seixas – CC nº 11457)

A MESA ADMINISTRATIVA

António

Unidade: Euros



1 – Identificação da entidade

Denominação da entidade: **Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo, NIF 501 626 492.**

Sede Social: **Rua Dr. Donato, 15, 6050-141 Amieira do Tejo.**

Natureza Jurídica e Atividade: A Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo, adiante identificada por SCMAT, é uma pessoa coletiva de utilidade pública, entidade com enquadramento legal do estatuto das instituições particulares de solidariedade social, bem como entidade de economia social nos termos da respetiva lei de bases, constituída sob a forma de associação de direito privado/Irmandade de Misericórdia, com estatutos/Compromisso registado(s) na Direção Geral de Segurança Social. Nos termos do artigo 1.º do respetivo Compromisso, homologado em 10 de julho de 2015, tem por fim a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço de apoio com solidariedade a todos os que precisam, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico.

Para a concretização dos seus objetivos, a Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo pode conceder bens e desenvolver atividades de intervenção social, nomeadamente nos domínios de: apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo, apoio a pessoas idosas, a pessoas com deficiência e incapacidade, pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e vítimas de violência doméstica, apoio à família e comunidade em geral, apoio à integração social e comunitária, promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa, promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres, empreendedorismo e outras respostas sociais enquadráveis no âmbito da economia social, que contribuam para a efetivação dos direitos dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição, habitação e turismo social, agricultura social e salvaguarda e defesa do património histórico, artístico e cultural.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras da SCMAT foram elaboradas no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Santa Casa aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere “Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Sempre que não exista outra referência, os montantes expressos nas demonstrações financeiras encontram-se expressos em unidade de euro.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como as quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das rubricas das demonstrações financeiras da SCMAT do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2023, tendo a Demonstração dos Resultados sido reexpressa, no que respeita às rubricas "Vendas e Serviços Prestados" e "Subsídios, doações e legados à exploração", por via da reclassificação decorrente da FAQ n.º 39 da Comissão de Normalização Contabilística, de 31 de outubro de 2023, designadamente no que se refere ao novo enquadramento na contabilização das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação:

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços, devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração.

Por forma a assegurar a comparabilidade das rubricas "Vendas e serviços prestados" e "Subsídios, doações e legados à exploração", foram apurados os valores referentes a 2023 e reexpresso o comparativo para as mesmas, não tendo sido afetada por esta alteração outras contas do Balanço ou da Demonstração de resultados.

	31/12/2023	31/12/2023 Reexpresso	Variação
Vendas e serviços prestados	350 339,10	595 326,97	234 687,62
Subsídios, doações e legados à exploração	238 827,00	6 166,49	-234 687,62
Total	589 166,10	601 493,46	0,00

3– Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a SCMAT continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL em geral e para a SCMAT em particular, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins com sustentabilidade.



Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da SCMAT, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.2 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da SCMAT, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.2.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, no caso dos imóveis, com base no Valor Patrimonial Tributário (VPT), ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	25
Equipamento básico	2 - 8
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamentos biológicos	
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 7

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os “Ativos fixos tangíveis em curso” representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis serão depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

3.2.2 - Bens do Património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se mensurados pelo seu custo histórico.

Nos bens sujeitos a depreciação as taxas utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida o registo na respetiva conta de “Outras variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e só se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem ao qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, nos termos da norma, estes não são depreciables bem como as incorporações a estes. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3 - Propriedades de Investimento

Não aplicável

3.2.4 - Ativos intangíveis

Nada a referir.

3.2.5 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a SCMAT analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a SCMAT reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a SCMAT reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 - Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da SCMAT com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

3.2.7 – Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os “Ativos fixos tangíveis” adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.



3.2.8 - Inventários

As matérias-primas alimentares, os produtos geriátricos e os materiais diversos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento.

3.2.9 - Rendimentos e gastos

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Santa Casa e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.2.10 - Imposto sobre o rendimento

A SCMAT é uma pessoa coletiva de utilidade pública e de solidariedade social, de tipo associativo de direito privado sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de IRC de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC.

A SCMAT por ser uma pessoa coletiva de utilidade pública e de solidariedade social beneficia de um regime fiscal privilegiado, que se traduz na prática numa isenção da tributação, de acordo com o disposto no art.º 10.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

3.2.11 - Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Utentes e outros créditos a receber

As dívidas dos utentes e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.



[Handwritten signatures in blue ink]

As dívidas dos utentes e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Os montantes das dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes, a não ser que a Santa Casa tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros são mensurados ao justo valor. As variações ocorridas no justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Aumentos / Reduções de justo valor".

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

3.2.12 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídios de férias e Natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. Os benefícios decorrentes da cessação de



emprego, quer por decisão unilateral da Santa Casa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.2 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa.

3.2.3 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias divulgadas de ativos e passivos, incluindo os de natureza contingente, e fundos patrimoniais, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Mesa Administrativa na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação/amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;

- Provisões:

A Mesa Administrativa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e

- Imparidade de contas a receber:

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.3 – Alterações de estimativas contabilísticas:

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram alterações às estimativas contabilísticas, adotadas desde 2012.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

3.4 – Correções de erros de períodos anteriores:

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2024, não foram efetuados ajustamentos em Resultados transitados.

4– Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se nos seguintes quadros:

31 de dezembro de 2024					
	Saldo em 01/jan/2024	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2024
Designação dos ativos:					
Bens Património Histórico e Cultural	4 987,98				4 987,98
Terrenos e recursos naturais	19 914,31				19 914,31
Edifícios e outras construções	1 163 697,78				1 163 697,78
Equipamento básico	159 980,43		(399,00)		159 581,43
Equipamento de transporte	98 063,98				98 063,98
Equipamento administrativo	23 377,54		(485,94)		22 891,60
Outros ativos fixos tangíveis	26 766,68				26 766,68
Imobilizações em curso	660 929,27	2 174,00			663 103,27
	2 157 717,97	2 174,00	(884,94)	-	2 159 007,03

31 de dezembro de 2024					
	Saldo em 01/jan/2024	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2024
Depreciações Acumuladas:					
Bens Património Histórico e Cultural					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	541 680,21	45 900,60			587 580,81
Equipamento básico	149 766,15	2 167,98	(399,00)		151 535,13
Equipamento de transporte	98 063,98	0,00			98 063,98
Equipamento administrativo	20 108,80	1 108,40	(485,94)		20 731,26
Outros ativos fixos tangíveis	23 551,25	486,98			24 038,23
	833 170,39	49 663,96	(884,94)	-	881 949,41



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

31 de dezembro de 2023

	Saldo em 01/jan/2023	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2023
Designação dos ativos:					
Bens Património Histórico e Cultural	4 987,98				4 987,98
Terrenos e recursos naturais	19 914,31				19 914,31
Edifícios e outras construções	1 163 697,78				1 163 697,78
Equipamento básico	151 224,79	8 755,64			159 980,43
Equipamento de transporte	117 928,03		(19 864,05)		98 063,98
Equipamento administrativo	21 630,20	1 747,34			23 377,54
Outros ativos fixos tangíveis	23 064,27	3 702,41			26 766,68
Imobilizações em curso	588 444,55	72 484,72			660 929,27
	2 090 891,91	86 690,11	(19 864,05)	-	2 157 717,97

31 de dezembro de 2023

	Saldo em 01/jan/2023	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2023
Depreciações Acumuladas:					
Bens Património Histórico e Cultural					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	495 779,61	45 900,60			541 680,21
Equipamento básico	145 622,78	4 144,37	(1,00)		149 766,15
Equipamento de transporte	112 178,03	5 750,00	(19 864,05)		98 063,98
Equipamento administrativo	19 000,40	1 108,40			20 108,80
Outros ativos fixos tangíveis	23 064,27	486,98			23 551,25
	795 645,09	57 390,35	(19 865,05)	-	833 170,39

A rubrica de “**edifícios e outras construções**” inclui, os investimentos realizados nos equipamentos sociais e serviços da Santa Casa, designadamente as obras realizadas na Construção do Lar de Idosos 1ª. e 2ª. fases, bem como na construção do Centro de Dia e Edifício para as garagens das viaturas.

A rubrica “**Imobilizações em Curso**” respeita a obras que se iniciaram em 12 de outubro de 2020, de construção das “Residências Santa Casa” com seis apartamentos e a “beneficiação e alteração das instalações do antigo hospital”, para convívio intergeracional (co-housing), cujo investimento foi financiado, a fundo perdido, no valor de €244.641,14, pelo Fundo Rainha D. Leonor, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sendo a parte restante financiada por fundos próprios da Instituição. Devido a condicionamentos da responsabilidade do empreiteiro e, principalmente, aos constrangimentos vividos durante os anos de Covid 19, a obra decorreu a um ritmo bastante lento, estando nesta altura as obras concluídas, faltando apenas alguns pormenores para a conclusão do projeto. O auto de receção das obras executadas pelo empreiteiro 4MB – Construções, Lda foi assinado no dia 06/04/2023. No final de 2024, os valores registados na contabilidade em “investimentos em curso” eram de €663 103,27, dos quais projetos de arquitetura e especialidades (€27.651,65), fiscalização e acompanhamento da obra (€28.432,50) e custos de construção (€607 019,12). Iniciaram-se, durante o ano de 2024, os processos administrativos junto da AT e da Câmara Municipal de Nisa com o objetivo de se fazer uma escritura de propriedade horizontal para os edifícios do antigo hospital e dos apartamentos. Só depois se poderá dar início à exploração destas infraestruturas.



Em 31 de dezembro de 2024, as depreciações do exercício, no montante de 49 663,93 Euros (57.390,35 Euros em 31 de dezembro de 2023) foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e de amortização".

5- Ativos intangíveis

Os quadros seguintes apresentam a quantia escriturada bruta e as depreciações acumuladas no início e no fim dos períodos de 2024 e 2023, evidenciando as depreciações de 2024.

31 de dezembro de 2024					
	Saldo em 01/jan/2024	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2024
Designação dos ativos:					
Despesas de instalação	3 276,66				3 276,66
Programas de computador	4 889,57				4 889,57
Outros activos intangíveis	1 449,50				1 449,50
	9 615,73	0,00	-	-	9 615,73

31 de dezembro de 2024					
	Saldo em 01/jan/2024	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2024
Depreciações acumuladas:					
Despesas de instalação	3 276,66				3 276,66
Programas de computador	4 696,86	96,34			4 793,20
Outros activos intangíveis	1 449,50				1 449,50
	9 423,02	96,34	-	-	9 519,36

31 de dezembro de 2023					
	Saldo em 01/jan/2023	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2023
Designação dos ativos:					
Despesas de instalação	3 276,66				3 276,66
Programas de computador	4 600,52	289,05			4 889,57
Outros activos intangíveis	1 449,50				1 449,50
	9 326,68	289,05	-	-	9 615,73

31 de dezembro de 2023					
	Saldo em 01/jan/2023	Aquisições /Reforço	Abates /Alienações	Transferências / Regularizações	Saldo em 31/dez/2023
Depreciações acumuladas:					
Despesas de instalação	3 276,66				3 276,66
Programas de computador	4 600,52	96,34			4 696,86
Outros activos intangíveis	1 449,50				1 449,50
	9 326,68	96,34	-	-	9 423,02



[Handwritten signatures in blue ink]

6– Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de «Financiamentos obtidos» apresenta saldo nulo. Em 31 de dezembro de 2023 apresentava também saldo nulo.

7– Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31-dez-24	31-dez-23
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo		
Géneros alimentares	4 660,02	4 889,65
Produtos Geriátricos	3 187,25	6 277,20
Materiais diversos	2 621,26	3 718,25
	10 468,53	14 885,10

8– Rédito de vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2024 e de 2023 foram como segue:

	31-dez-24	Reexpresso 31-dez-23
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços	595 326,97	585 026,72
Quotas e Jóias	2 824,50	3 012,00
Mensalidades e compartic. familiares	346 450,27	322 180,10
Comparticipações Segurança Social	223 456,08	234 687,62 (1)
Serviços Secundários	22 596,12	25 147,00
	595 326,97	585 026,72

(1) Ver Nota 2.3

9– Provisões, passivos e ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2024 não existe qualquer provisão constituída.

10– Subsídios e outros apoios

Nos períodos de 2024 e de 2023 a Santa Casa reconheceu rendimentos decorrentes de subsídios e outros apoios com a seguinte proveniência:



	31-dez-24	Reexpresso 31-dez-23
Centro Distrital de Segurança Social (1)	0,00	0,00
Instituto de Emprego e Formação Profissional	1 358,38	4 139,38
Donativos		
Em Dinheiro	3 770,35	4 706,51
Em espécie	1 037,76	393,01
	6 166,49	9 238,90

(1) Ver Nota 2.3

11– Instrumentos financeiros

11.1- Investimentos financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Instituição detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

	31-dez-24	31-dez-23
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	4 726,72	4 726,72
	4 726,72	4 726,72

11.2- Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros

No exercício económico de 2024 esta rubrica apresenta saldo nulo.

11.3- Clientes e utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes e utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	31-dez-24		31-dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes e Utentes				
Clientes e Utentes conta corrente	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	(10,00)
Utentes	-	3 733,81	-	4 582,58
Clientes e utentes cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	3 733,81	-	4 572,58



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

11.4- Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte decomposição:

	31-dez-24		31-dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros créditos a receber				
Remunerações e adiantamentos ao pessoal		455,00		68,51
Devedores acréscimos de rendimentos		1 001,10		315,07
Estado e outros entes públicos		3 502,45		5 892,60
Outros devedores		896,85		1 187,13
Projeto CLDS 4G - Saldo		-		47 458,17
	-	5 855,40	-	54 921,48

11.5- Diferimentos

Nada a referir

11.6- Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Caixa e depósitos bancários" apresentava a seguinte decomposição:

	31-dez-24	31-dez-23
Caixa	196,87	502,03
Depósitos à ordem	112 137,29	131 086,94
Depósitos a prazo	220 000,00	100 000,00
	332 334,16	231 588,97

Salientamos que nos meios monetários acima referidos estão incluídas as cauções dos utentes, no montante total de 30 137,00€, no final de 2024.

11.7- Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte decomposição:

	31-dez-24	31-dez-23
Fornecedores conta corrente	17 506,61	17 675,76
Fornecedores adiantamentos	-	-
	17 506,61	17 675,76



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

11.8- Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte decomposição:

	31-dez-24		31-dez-23	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Estado e outros entes publicos		11 506,67		8 622,01
Financiamentos Obtidos				
Credores por acréscimo de gastos				
Férias e subsidios		42 549,00		41 954,00
Segurança Social		9 488,43		10 024,74
Outras remunerações				3 000,00
Ouros acréscimos		2 733,32		1 845,63
Sindicato		57,93		66,71
Outros		81,16		1 187,19
	-	66 416,51	-	66 700,28

12- Benefícios dos empregados

Os gastos que a Santa Casa incorreu com os trabalhadores em 2024 e 2023 foram os seguintes:

	31-dez-24	31-dez-23
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do Pessoal	304 150,20	305 150,25
Indemnizações	1 222,70	1 325,41
Encargos sobre remunerações	67 751,93	66 751,08
Seguros de acidentes de trabalho	4 834,52	4 419,47
Outros gastos com o pessoal	4 352,86	3 667,11
	382 312,21	381 313,32

A rubrica «Outros gastos com pessoal» inclui os gastos com a medicina no trabalho, fardamentos e formação profissional.

No início de 2024, na sequência do aumento do salário mínimo nacional decretado pelo Governo para 820 euros, por decisão da Mesa Administrativa, todos os trabalhadores foram aumentados com efeitos a 1 de janeiro, por forma a manter a diferenciação salarial entre as diferentes categorias profissionais. Posteriormente, após a aprovação das novas tabelas salariais no âmbito da negociação da UMP com os sindicatos, publicadas em novembro, fizeram-se os devidos ajustamentos salariais que abrangeram quase todos os trabalhadores, com efeitos a 1 de janeiro.

O número médio de trabalhadores no período a que se referem as demonstrações financeiras é de 22 trabalhadores.

Os membros da Mesa Administrativa e restantes órgãos sociais da Instituição não auferem quaisquer remunerações, enquadrando-se esta atividade como trabalho voluntário.



[Handwritten signatures in blue ink]

13- Acontecimentos após a data do balanço

À data de elaboração do presente anexo, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período, pelo que o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras mantém-se apropriado.

14- Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo informa ainda que não tem quaisquer dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa ainda que a situação da SCMAT perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15- Outras divulgações

15.1- Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-24	31-dez-23
Fundo Social	4 222,81	4 222,81
Reservas	988 844,46	912 406,82
Resultados Transitados	7 966,84	76 437,64
Outras variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios	506 471,72	488 517,92
Doações	30 222,33	33 235,15
Resultado Líquido	-17 515,67	7 966,84
	1 520 212,49	1 522 787,18

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 na conta “resultados transitados” ocorreram os seguintes movimentos:

<u>Variação Fundos Patrimoniais-Resultados Transitados</u>	31-dez-24	31-dez-23
Saldo 1 de janeiro	76 437,64	912 406,82
Aumento	7 966,84	76 437,64
Diminuição	(76 437,64)	(912 406,82)
Regularizações		
	7 966,84	76 437,64

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 23 de março de 2024 foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e foi deliberado que o resultado líquido positivo de 7 966,84 euros referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados. Foi também aprovado naquela Assembleia Geral que os resultados transitados existentes nessa data de 76 437,64 euros fossem transferidos para a conta de “Reservas Livres”.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Em 2023, nas contas que consolidam a rubrica " Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" ocorreram os seguintes movimentos:

<u>Outras Variação Fundos Patrimoniais - subsídios investimento</u>	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Saldo 1 de janeiro	488 517,92	477 707,65
Aumento	36 696,17	29 552,63
Diminuição	(18 742,37)	(18 742,36)
Regularizações		
	<u>506 471,72</u>	<u>488 517,92</u>

Em 31/12/2024, os débitos no montante de 18.742,36 euros referem-se à quota anual dos subsídios ao investimento a fundo perdido para a construção do Lar de Idosos, primeira e segunda fases, que são transferidos anualmente numa base sistemática para rendimentos do exercício, na proporção e à medida da contabilização das depreciações dos investimentos a que respeitam.

O valor do aumento dos subsídios ao investimento, no montante de 36 696,17 euros respeita ao pagamento da tranche final do subsídio atribuído pelo Fundo Rainha Dona Leonor, no âmbito da remodelação do antigo hospital e das residências assistidas.

<u>Outras Variação Fundos Patrimoniais - Doações</u>	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Saldo 1 de janeiro	33 235,15	35 538,53
Aumento		
Diminuição	(3 012,82)	(2 303,38)
Regularizações		
	<u>30 222,33</u>	<u>33 235,15</u>

O débito no montante de 3 012,82 euros respeita à quota anual das doações obtidas para a construção do Lar de Idosos, primeira e segunda fases, tendo sido efetuada uma correção aos dois anos anteriores, sendo feita a sua transferência para rendimentos do exercício na proporção e à medida da contabilização das depreciações dos investimentos a que respeitam.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

15.2- Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-24	31-dez-23
ATIVO		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3 502,45	5 892,60
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>3 502,45</u>	<u>5 892,60</u>
PASSIVO		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	15,73	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	1 826,19	603,25
Segurança Social	9 664,75	8 018,76
Outros impostos e taxas	-	-
	<u>11 506,67</u>	<u>8 622,01</u>

A Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo beneficia da isenção de IRC nos termos do preceituado no artigo 10.º do CIRC.

15.3- Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Serviços Especializados	31-dez-24	31-dez-23
Trabalhos Especializados	8 032,88	7 933,72
Publicidade e Propaganda	68,88	0,00
Vigilância e Segurança	409,59	1 088,55
Honorários	18 873,40	10 192,50
Comissões	0,00	283,32
Conservação e Reparação	16 074,67	8 869,86
Serviços Bancários	188,80	0,00
Outros Serv Especializados	0,00	309,00
	<u>43 648,22</u>	<u>28 676,95</u>



Santa Casa da Misericórdia de Amieira do Tejo

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Materiais

	31-dez-24	31-dez-23
Ferramentas e Utensílios desgaste rápido	2 276,27	1 639,25
Livros e Documentação Técnica	0,00	44,80
Material de Escritório	1 068,73	2 768,18
Artigos para oferta	907,57	902,94
Fraldas e Descartáveis	16 938,18	10 418,49
Outros	611,72	5 048,04
	21 802,47	20 821,70

Energia e Fluidos

	31-dez-24	31-dez-23
Eletricidade	20 452,78	15 494,07
Combustíveis	12 385,58	14 289,66
Gasóleo	5 112,43	6 011,78
Gás	7 104,62	8 277,88
Outros	168,53	
Água	5 354,10	6 662,82
	38 192,46	50 736,21

Deslocações, Estadas e Transportes

	31-dez-24	31-dez-23
Deslocações e Estadas	222,63	88,10
	222,63	88,10

Serviços Diversos

	31-dez-24	31-dez-23
Rendas e Alugueres	0,00	265,06
Comunicação	2 695,19	2 626,54
Seguros	2 258,46	2 457,24
Contencioso e Notariado	395,89	134,70
Limpeza, Higiene e Conforto	12 121,68	7 866,77
Outros Serviços	51,29	148,00
	17 522,51	13 498,31

Total FSE

	31-dez-24	31-dez-23
	121 388,29	99 531,61



15.4- Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

<u>Outros Rendimentos e Ganhos</u>	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Rendimentos Suplementares	180,00	5 186,05
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 620,19	7 203,42
Ganhos em Inventários	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Investimentos n financeiros	0,00	5 050,00
Outros Rendimentos e Ganhos	29 967,27	21 658,99
	<u>31 767,46</u>	<u>39 098,46</u>

Na rubrica “outros rendimentos e ganhos” estão contabilizados os valores referentes à quota anual dos subsídios ao investimento a fundo perdido, bem como dos donativos, para a construção do Lar de Idosos, primeira e segunda fases, que são transferidos anualmente numa base sistemática para rendimentos do exercício, na proporção e à medida da contabilização das depreciações dos investimentos a que respeitam, no montante de 21.755,19 euros em 2024 e 21.045,74 em 2023.

15.5- Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foram como segue:

<u>Outros Gastos e Perdas</u>	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Impostos	0,00	109,80
Dívidas Incobráveis	836,21	
Perdas em Inventários		
Gastos e perdas em invest. não financeiros		
Outros gastos e perdas	9 918,02	738,18
	<u>10 754,23</u>	<u>847,98</u>

A rubrica “outros gastos e perdas”, inclui, no exercício de 2024, o prejuízo verificado no projeto CLDS 4G éNisa éCoesão, realizado em parceria com a Câmara Municipal de Nisa, no montante de 9.068,98 euros, contabilizado na conta “correções de exercícios anteriores”, em virtude de o projeto ter decorrido entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2023.



15.6- Resultados financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e gastos similares:

	<u>31-dez-24</u>	<u>31-dez-23</u>
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	3 967,28	315,07
	<u>3 967,28</u>	<u>315,07</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(2,15)	(194,80)
Juros de mora e compensatórios		
	<u>(2,15)</u>	<u>(194,80)</u>
Resultados Financeiros	<u>3 965,13</u>	<u>120,27</u>

15.7- Outras divulgações relevantes

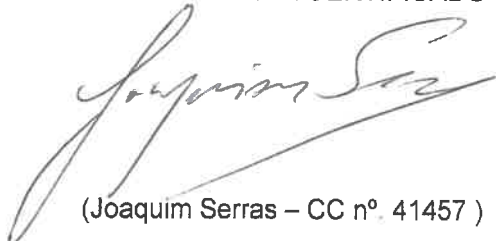
Nada a referir

15.8- Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas em reunião da Mesa Administrativa de 14 de março de 2025 e enviadas para aprovação na Assembleia Geral Ordinária de 29 de março de 2025.

Amieira do Tejo, 14 de março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO



(Joaquim Serras – CC nº. 41457)

A MESA ADMINISTRATIVA

